

## **AVISO PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS POR CONVITE**

**AVISO N.º CENTRO 66-2016-15**

**PLANOS INOVADORES DE COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR**

**AVISO n.º CENTRO-66-2016-15**

Convite para apresentação de candidaturas

**Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar**

Programa Operacional Regional do Centro		
Eixo Prioritário	3	Desenvolver o Potencial Humano
Prioridade de Investimento	10.i	Redução e prevenção do abandono escolar precoce e estabelecimento de condições de igualdade no acesso à educação infantil, primária e secundária, incluindo percursos de aprendizagem, formais, não formais e informais, para a reintegração no ensino e formação
Objetivo Específico	1	Aumentar as intervenções que de forma integrada e articulada favoreçam as condições para o reforço da igualdade no acesso ao ensino, a melhoria do sucesso educativo dos alunos, e o reforço da qualidade e eficiência do sistema de educação
Indicador de Realização	<ul style="list-style-type: none"><li>Medidas de cada operação implementadas.</li><li>Agrupamentos de Escolas e Escolas não agrupadas envolvidas na Operação</li></ul>	
Indicadores de Resultado	<ul style="list-style-type: none"><li>Redução da taxa de Alunos nos 1.º, 2.º 3.º Ciclos e Secundário com níveis negativos (a pelo menos uma disciplina) dos anos curriculares abrangidos.</li><li>Redução da taxa de retenção e desistência nos anos curriculares abrangidos.</li></ul>	
Tipologia de Intervenção	66	Redução do abandono escolar
Tipologia de Operação	277	Planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar
Período de Candidatura	Data de abertura	Dia útil seguinte ao da publicação do presente aviso
	Data de termo	30 de junho de 2017, até às 18H00

## Conteúdo

1. ENQUADRAMENTO DAS OPERAÇÕES A APOIAR .....	4
2. TIPOLOGIA DE OPERAÇÃO E AÇÕES ELEGÍVEIS .....	4
3. BENEFICIÁRIOS .....	6
4. DESTINATÁRIOS .....	6
5. DOTAÇÃO FINANCEIRA E NÍVEL DE COFINANCIAMENTO .....	6
6. LIMITES AO NÚMERO DE CANDIDATURAS A APRESENTAR .....	7
7. ÂMBITO GEOGRÁFICO.....	7
8. FORMA DE APOIO .....	7
9. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE DOS BENEFICIÁRIOS, DAS OPERAÇÕES E DAS DESPESAS A COFINANCIAR.....	8
10. DURAÇÃO MÁXIMA DAS OPERAÇÕES A APOIAR .....	9
11. PERÍODO PARA A RECEÇÃO DE CANDIDATURAS .....	9
12. MODO DE APRESENTAÇÃO DAS CANDIDATURAS .....	10
13. PROCESSO DE ADMISSÃO, SELEÇÃO E DECISÃO DAS CANDIDATURAS .....	10
14. DOCUMENTAÇÃO ADICIONAL .....	12
15. PEDIDOS DE REPROGRAMAÇÃO E REGIME DE FINANCIAMENTO .....	12
16. CONTRATUALIZAÇÃO DE RESULTADOS DAS OPERAÇÕES A FINANCIAR .....	14
17. ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA AVALIAÇÃO DO MÉRITO E PELA DECISÃO DE APROVAÇÃO.....	16
18. REGRAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOBRE O FINANCIAMENTO DAS OPERAÇÕES .....	16
19. CONSULTA E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO .....	16
20. PONTO DE CONTACTO .....	17

**ANEXO I – MODELO DE ACORDO DE PARCERIA**

**ANEXO II - GRELHA DE ANÁLISE DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO**

**ANEXO III – ÍNDICE E ORÇAMENTO GLOBAL PARA MEMÓRIA DESCRITIVA DO PIICIE**

**ANEXO IV - MODELO DE FICHA DE ATIVIDADE**

**ANEXO V - PRAZOS E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE E DECISÃO DE CANDIDATURAS**

## 1. ENQUADRAMENTO DAS OPERAÇÕES A APOIAR

O presente aviso de abertura de convite para apresentação de candidaturas estabelece as condições de atribuição dos apoios a conceder nos termos previstos no n.º 6 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro.

As operações a apoiar enquadram-se no Eixo Prioritário 3 - Desenvolver o Potencial Humano, na tipologia de operação “Iniciativas integradas e inovadoras de combate ao insucesso escolar”, que tem por objetivo “Aumentar as intervenções que de forma integrada e articulada favoreçam as condições para o reforço da igualdade no acesso ao ensino, a melhoria do sucesso educativo dos alunos, e o reforço da qualidade e eficiência do sistema de educação”.

No âmbito do presente Convite serão financiados Planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar (PIICIE), de âmbito intermunicipal, devendo os mesmos complementar os planos de ação estratégica das escolas aprovados pela estrutura de missão para a promoção do sucesso escolar, no âmbito do Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar (PNPSE), criado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2016, de 24 de março, bem como os Planos de Melhoria Plurianuais desenvolvidos pelas escolas TEIP, no âmbito do Programa TEIP3, enquadrado pelo Despacho Normativo n.º 20/2012, de 3 de outubro.

## 2. TIPOLOGIA DE OPERAÇÃO E AÇÕES ELEGÍVEIS

O presente aviso de convite diz respeito à Tipologia de Operação prevista na alínea d) do nº1 do artigo 30.º da Portaria n.º 60-C/2015, de 2 de março, com as alterações que lhe foram introduzidas pelas Portarias n.º 181-A/2015, de 19 de junho, n.º 190-A/2015, de 26 de junho e n.º 148/2016 de 23 de maio, denominada Medidas educativas orientadas para a promoção do sucesso educativo e para a prevenção do abandono escolar.

Tendo em conta o enquadramento referido no Ponto 1 do Convite, serão considerados para efeitos de financiamento ações complementares às iniciativas e objetivos do PNPSE, bem como de outras medidas de promoção do sucesso escolar, através de uma estratégia de ação que envolva escolas, municípios, professores, famílias, empregadores, associações locais e outros *stakeholders*, promovendo uma consciência coletiva sobre o sucesso educativo e o contributo para as metas gerais neste domínio do Plano Nacional de Reformas e do Portugal 2020, em particular em matéria de redução até 2020 para 10% da taxa de abandono escolar precoce.

Exemplos de ações elegíveis, centradas em intervenções complementares às desenvolvidas pelas escolas no quadro dos seus instrumentos de planeamento estratégico, em conformidade com o referido no parágrafo anterior:

- reforço do apoio aos alunos, nomeadamente através de equipas multidisciplinares que assegurem respostas multinível, incluindo apoios sociais e saúde, na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário;

- iniciativas de educação e formação de segunda oportunidade para jovens sem a escolaridade obrigatória que se encontram em risco ou que até já abandonaram precocemente o sistema de educação e formação;
- ações de intercâmbio de experiências na promoção do sucesso escolar e de prevenção do abandono escolar;
- ações de planeamento, monitorização e de avaliação de medidas e de dispositivos de prevenção do abandono escolar e de promoção do sucesso educativo dos alunos.
- ações de “enriquecimento curricular”, complementares às já desenvolvidas pelas escolas, que se revelem adequadas à promoção do sucesso e à prevenção do abandono;
- ações de envolvimento e de formação parental, centradas no seu envolvimento na educação dos seus filhos;
- concursos escolares e outras iniciativas de promoção do conhecimento e do saber nas diversas áreas (designadamente ciência e tecnologia a artes);
- ações de carácter transversal, destinadas a sensibilizar a comunidade envolvente da escola para a área de educação para a cidadania e igualdade de género;
- dinamização de sessões informativas das empresas/empregadores nas escolas, que promovam a orientação dos alunos para áreas com maior oferta de emprego, bem como de ações que reforcem o envolvimento dos mesmos no planeamento, implementação e monitorização da oferta formativa desenvolvida nos respetivos territórios;
- iniciativas que promovam a aproximação dos alunos às suas comunidades;
- ações que promovam o conhecimento científico, tecnológico, cultural, artístico e empreendedor;
- Iniciativas orientadas para a inclusão e respostas a necessidades especiais de educação;
- de forma excecional, enquanto intervenção dentro da sala de aula, aquisição de equipamentos nas áreas das tecnologias de informação e comunicação, desde que enquadrada em objetivos pedagógicos e educacionais, referentes a novos cursos ou a novas metodologias, limitado a 15% do investimento elegível da operação;
- outras ações que promovam o sucesso educativo não previstas nas alíneas anteriores e que estejam integradas no Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar.

Na fase de registo de candidatura em SIIFSE, designadamente no separador “lista de atividades” as entidades beneficiárias deverão selecionar apenas o seguinte tipo de atividades (não existindo limite de nº de atividades a inserir):

- Ações de capacitação;
- Campanhas de sensibilização, informação e divulgação;
- Conceção de produtos ferramentas e/ou materiais;
- Encontros, seminários workshops e ações de divulgação;
- Estudos;
- Atividades de apoio à inclusão social;
- Promoção de trabalho em rede;
- Outras atividades.

### 3. BENEFICIÁRIOS

Face à tipologia de beneficiários previstos na alínea b) do artigo 31.º da Portaria n.º 60-C/2015, de 2 de março, na sua atual redação, e o enquadramento do presente Convite, são beneficiários:

- a) as Comunidades Intermunicipais (CIM)
- b) os Municípios que as integram.

As entidades referidas na alínea b) apenas poderão apresentar candidatura enquanto entidade parceira das CIM, as quais assumem obrigatoriamente a qualidade de entidades coordenadoras de parceria.

Os projetos em parceria deverão cumprir as disposições do artigo 7.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, bem como do n.º 2 do artigo 31º da Portaria n.º 60-C/2015, ambas na sua atual redação, nomeadamente a formalização da mesma mediante um instrumento de parceria, doravante designado “Acordo entre Parceiros”.

O PO disponibiliza em anexo I ao Convite um modelo de Acordo entre Parceiros. Este documento encontra-se disponível para *download* no Balcão 2020, devendo as entidades preencher e remeter obrigatoriamente em anexo (*upload*) à candidatura, conforme referido no Ponto 12.

### 4. DESTINATÁRIOS

São destinatários do presente Convite os alunos dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas do ensino público, e respetiva comunidade envolvente, a abranger pelos PIICIE, nos termos previstos no [Guidance Document - Monitoring and Evaluation of European Cohesion Policy - European Social Fund, em particular do seu anexo D](#), uma vez que o apoio é concedido às CIM e seus parceiros para a implementação do respetivo plano, abrangendo potencialmente o universo desses alunos.

### 5. DOTAÇÃO FINANCEIRA E NÍVEL DE COFINANCIAMENTO

#### 5.1. Dotação indicativa

A dotação máxima de Fundo Social Europeu (FSE), a alocar ao presente aviso é de 30.672.011,10 €, refletida por CIM de acordo com a seguinte distribuição:

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA BEIRA BAIXA	2.257.060,00
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS BEIRAS E SERRA DA ESTRELA	3.250.000,00
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO	4.462.500,00
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO OESTE	4.016.568,75

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE AVEIRO	3.400.000,00
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE COIMBRA	6.293.919,35
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE LEIRIA	2.210.000,00
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DE VISEU DÃO LAFÕES	4.781.963,00

### 5.2. Taxa de cofinanciamento

Conforme estabelecido no artigo 3.º da Portaria n.º 60-C/2015, de 2 de março, na sua atual redação, a taxa de cofinanciamento é de **85%** de contribuição europeia mobilizada através do FSE, a incidir sobre o montante da despesa elegível, após dedução das receitas, correspondendo os restantes 15% à contribuição pública nacional, a qual será assegurada pelas entidades beneficiárias, quando se trate das entidades previstas no n.º 3 do artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro.

## 6. LIMITES AO NÚMERO DE CANDIDATURAS A APRESENTAR

Cada beneficiário apenas poderá apresentar uma candidatura.

## 7. ÂMBITO GEOGRÁFICO

- 7.1.** São elegíveis as operações que decorram na Região Centro, seguindo os critérios definidos no ponto 4 do presente Convite;
- 7.2.** Para efeitos de aplicação do número anterior, a elegibilidade é determinada pelo local onde se realiza a intervenção, nos termos no n.º 5 do artigo 29.º da Portaria n.º 60-C/2015, de 2 de março, na sua atual redação.

## 8. FORMA DE APOIO

A forma de apoio a atribuir às candidaturas a aprovar no âmbito do presente aviso reveste a natureza de subvenção não reembolsável.

No âmbito do presente Convite aplica-se a modalidade de financiamento de custos reais prevista nos termos do n.º 2 do artigo 32.º da Portaria 60-C/2015, de 2 de março, na sua atual redação.

Neste contexto, os montantes elegíveis aos apoios a conceder no âmbito deste Convite obedecem aos limites e regras de elegibilidade definidos na Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, alterada pelas Portarias n.º 242/2015, de 13 de agosto, n.º 122/2016, 4 de maio, que adota o Regulamento que estabelece as normas comuns aplicáveis ao FSE.

As operações de reduzida dimensão cujo financiamento público não exceda os 50.000 € são obrigatoriamente apoiadas em regimes de custos simplificados, na modalidade de montante fixo,

com recurso a um orçamento prévio, dispensando a apresentação de documentos comprovativos de despesa, de acordo com o estipulado no n.º 8 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, conjugado com o artigo 4.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, ambos os diplomas na sua atual redação.

Os custos elegíveis no âmbito das operações de reduzida dimensão são calculados com base num orçamento preestabelecido, considerando a Autoridade de Gestão do CENTRO 2020, para este efeito, os montantes totais inscritos no formulário de candidatura para o conjunto de ações propostas a financiamento, por rubrica de despesa, sendo o financiamento da operação dependente da concretização dos objetivos contratualizados.

## **9. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE DOS BENEFICIÁRIOS, DAS OPERAÇÕES E DAS DESPESAS A COFINANCIAR**

### **9.1 Elegibilidade do beneficiário**

O beneficiário deve enquadrar-se nas categorias previstas no Ponto 2 do presente Convite e assegurar o cumprimento dos critérios estabelecidos no disposto nos artigos 13.º e 14.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

### **9.2 Elegibilidade das operações**

A operação candidata, no âmbito do presente convite, tem que evidenciar o respeito pelas ações elegíveis previstas no ponto 4 do presente aviso.

### **9.3 Despesas elegíveis**

As despesas a imputar à operação deverão seguir as regras e valores previstos nos artigos 12.º a 17.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, e as seguintes categorias de despesas elegíveis do n.º 2 do artigo 33.º da Portaria n.º 60-C/2015, de 2 de março:

- b) Encargos com salários de técnicos de apoio aos projetos;
- c) Encargos com deslocações e alimentação do pessoal referido nas alíneas anteriores;
- d) Encargos com a realização de capacitação, encontros, seminários, intercâmbios, workshops, exposições e estudos de diagnóstico e avaliação;
- e) Encargos com visitas de estudo, reuniões de trabalho e respetivas deslocações;
- f) Despesas com apoios complementares destinados a crianças e jovens carenciados, designadamente reforços alimentares não contemplados na ação social escolar;
- g) Despesas com aquisição de bens e serviços especializados;
- h) Encargos com publicitação, divulgação e disseminação de resultados e boas práticas;
- i) Aquisição de equipamentos na área das Tecnologias de Informação e Comunicação, desde que enquadrado em objetivos pedagógicos e educacionais, referentes a novos cursos ou a novas metodologias;
- j) Encargos com a contratação de animadores culturais.

As despesas com a aquisição de equipamentos na área das TIC devem ser enquadradas em objetivos pedagógicos e educacionais (novos cursos e novas metodologias). Além disso, devem



enquadrar-se em ações com carácter inovador, devendo ser demonstrada cabalmente a existência de recursos humanos com competências e experiência para a devida utilização e aproveitamento destes equipamentos, limitado a 15% do investimento elegível da operação;

As despesas com aquisição de bens e serviços técnicos especializados devem corresponder a necessidades devidamente justificadas e imprescindíveis para a concretização das ações e iniciativas.

Os valores relativos a eventuais receitas, serão deduzidas ao subsídio concedido, nos termos conjugados das alíneas f) do artigo 2.º do Decreto-lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, e j) do artigo 2.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação.

O valor dos apoios concedidos pode ser objeto de redução quando em sede de acompanhamento ou auditoria forem detetadas irregularidades que coloquem em causa o cumprimento integral da legislação nacional.

## 10. DURAÇÃO MÁXIMA DAS OPERAÇÕES A APOIAR

As operações a apoiar ao abrigo do presente aviso podem ter a duração máxima de 36 meses, tendo por referência a data de início e de fim da primeira e da última atividade que as integram, devendo circunscrever-se ao período de execução do respetivo PIICIE.

## 11. PERÍODO PARA A RECEÇÃO DE CANDIDATURAS

A apresentação das candidaturas decorre o dia útil seguinte ao da publicação do presente aviso e as 18H00 do dia 30 de junho de 2017, de acordo com o seguinte plano para apresentação de candidaturas, respetiva análise e comunicação da decisão aos beneficiários:

Fases de apresentação de Candidaturas	Data Limite para a Comunicação da Decisão*
Fase 1: Termina a 31 janeiro 2017	27 de abril de 2017
Fase 2: termina a 28 abril 2017	25 de julho de 2017
Fase 3: termina a 30 junho 2017	22 de setembro de 2017

*(\*) Esta data não contempla a eventual suspensão de prazo para a apresentação de esclarecimentos, informações ou documentos solicitados e/ou resposta no âmbito do processo de audiência prévia de interessados.*

## 12. MODO DE APRESENTAÇÃO DAS CANDIDATURAS

A apresentação de candidaturas é efetuada através da submissão de formulário eletrónico no Balcão do Portugal 2020 (<https://www.portugal2020.pt/Balcao2020/>), doravante designado por Balcão 2020, devendo ser instruídas de acordo com as disposições previstas no Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, e nos termos definidos no presente aviso.

Em conformidade com o artigo 7.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, e n.º 2 do artigo 31.º da Portaria n.º 60-C/2015, de 2 de março, ambas na sua atual redação, as candidaturas são apresentadas a título individual ou em parceria. As candidaturas desenvolvidas em parceria consistem no envolvimento concertado de diversas entidades na concretização de um projeto, as quais se assumem como parceiras na prossecução desse objetivo comum, tendo em vista a consolidação de sinergias no desenvolvimento das respetivas ações que integram a operação cofinanciada. As candidaturas apresentadas em parceria devem estar suportadas num instrumento de formalização da parceria. Para o efeito o PO disponibiliza um modelo de Acordo entre Parceiros, que deverá ser preenchido e assinado pelas partes e anexado em *upload* à candidatura.

As entidades beneficiárias devem efetuar previamente a sua credenciação junto do Balcão 2020. Com essa autenticação é criada uma área reservada ao beneficiário, que inclui um conjunto de funcionalidades, independentemente da natureza das operações, a região ou o Programa Operacional a que pretende candidatar-se.

Nessa área reservada pode já constar um conjunto de dados relativo à caracterização da entidade beneficiária, que devem ser confirmados e completados, servindo de suporte às candidaturas a apresentar ao Portugal 2020.

Recomenda-se que os beneficiários evitem a submissão tardia das candidaturas, nomeadamente no último ou nos últimos dias do prazo.

## 13. PROCESSO DE ADMISSÃO, SELEÇÃO E DECISÃO DAS CANDIDATURAS

Não havendo lugar a concorrência na concretização e no financiamento das operações, estas são avaliadas com base no seu mérito absoluto.

O mérito absoluto da operação (MO) é determinado pela soma ponderada das pontuações parcelares de cada critério, de acordo com a seguinte fórmula:

$$MO = 0,20a + 0,20b + 0,15c + 0,10d + 0,35e$$

Cada critério de seleção é classificado de 1 a 5, recorrendo-se aos seguintes a cinco descritores de impactos ou a três deles, a saber:

- Muito Reduzido (1);
- Reduzido (2);
- Médio (3);
- Elevado (4);
- Muito Elevado (5);

Neste âmbito, é estabelecido que as operações que reúnam a classificação final inferior a 3 não serão objeto de financiamento.

Esta escala será adaptada de 0 a 100 se verificada a necessidade de integração no Sistema de Informação SIFSE.

O **processo de decisão** das candidaturas integra três fases:

- i) **Análise de admissibilidade** através da verificação das condições de elegibilidade dos beneficiários, nos termos dos artigos 13.º e 14.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, e dos critérios de elegibilidade definidos para a operação, definidos pela autoridade de gestão, em conformidade com o definido no presente Convite;
- ii) **Avaliação do mérito** do projeto, com base na metodologia e nos critérios de seleção aprovados pelo Comité de Acompanhamento do CENTRO 2020 e consubstanciados na respetiva grelha de análise, constantes do anexo II. No caso dos (sub)critérios com ausência de histórico, a pontuação desse critério será distribuída pelos restantes;
- iii) **Decisão** sobre o financiamento dos projetos em conformidade com as regras de elegibilidade definidas e tendo em conta as disponibilidades financeiras.

As operações a implementar devem ser objeto de pareceres não vinculativos solicitados pela Autoridade de Gestão nos seguintes termos:

- da Estrutura de Missão para a Promoção do Sucesso Escolar, enquanto estrutura a quem cabe implementar e assegurar o acompanhamento, monitorização e avaliação do Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar, nos termos da Resolução de Conselho de Ministros n.º 23/2016, de 24 de março.
- da Direção Geral de Educação, sobre a complementaridade com outros instrumentos de planeamento estratégico das escolas no domínio da promoção do sucesso escolar, nomeadamente com os Planos Plurianuais de Melhoria, no caso dos TEIP.

Como instrumento para potenciar essa complementaridade, serão privilegiados em sede de seleção das operações os Planos que estejam suportados em protocolos (ou outro instrumento) com agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas, visando assegurar o seu adequado envolvimento nos mesmos, podendo as mesmas ser parceiras no âmbito do projeto, mas só para ações que não estejam contempladas nos planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar e que serão apoiadas pelo POCH ou, no caso de estarem inseridas em TEIP, para ações não contempladas nesse âmbito.

A decisão fundamentada sobre as candidaturas é proferida pela autoridade de gestão do PO no prazo de 60 dias úteis, a contar da data de encerramento do Convite, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, e de acordo com os demais prazos e procedimentos definidos no fluxograma constante do anexo V.

O prazo referido suspende-se em 10 dias úteis, quando sejam solicitados aos beneficiários quaisquer esclarecimentos, informações ou documentos, o que só pode ocorrer por uma vez.

Concluído este prazo, se não forem prestados os esclarecimentos requeridos, salvo motivo justificável, não imputável ao beneficiário e aceite pela autoridade de gestão, a candidatura prossegue com os dados disponíveis, podendo determinar o seu indeferimento, quando os elementos em falta sejam determinantes para uma decisão favorável.

## 14. DOCUMENTAÇÃO ADICIONAL

A candidatura deve contemplar os seguintes documentos adicionais, a anexar ao formulário de candidatura, concretamente no ecrã “documentos”:

- a) Na linha designada “Memória descritiva”, anexar documento que identifique claramente: apresentação sucinta da estratégia; descrição sucinta dos objetivos a atingir com a operação; descrição e caracterização sumária das ações a realizar; apresentação de informação clara e objetiva sobre os indicadores de realização e de resultado da operação (ver anexos III e IV);
- b) Na linha designada “Orçamento” anexar documento, em formato *excel*, detalhado e que permita validar a estrutura de custos proposta para os objetivos visados (ver anexos III e IV);
- c) Na linha designada “Documentos necessários para a verificação do cumprimento das condições específicas de admissibilidade e aceitabilidade da operação”, anexar, quando aplicável, o Instrumento de formalização da parceria (Acordo entre Parceiros-Anexo I);
- d) Na linha designada “Documentos de natureza económico-financeira” anexar, quando aplicável, lista dos contratos afetos à operação, com discriminação das datas de realização, natureza dos bens/serviços e montantes contratualizados, atendendo ao enquadramento da entidade beneficiária enquanto entidade adjudicante, nos termos do artigo 2.º do Código dos Contratos Públicos, para efeitos de validação de todos os que se verifiquem acima dos limiares comunitários.
- e) Na linha designada “Outros documento” anexar, quando aplicável, outros documentos que a entidade candidata considere úteis para a candidatura;
- f) Na linha designada “documentos necessários para o apuramento do mérito da operação”, deverá a entidade fornecer, em *upload*, os elementos necessários para fundamentar a resposta aos critérios de seleção, bem como protocolo(s) com escolas ou agrupamento(s) de escolas, tendo em vista assegurar o seu envolvimento na implementação dos planos em causa, sempre que existam.

A documentação adicional requerida deverá seguir, sempre que aplicável, os modelos disponíveis para o efeito nas Orientações/Ajuda à submissão de candidaturas.

## 15. PEDIDOS DE REPROGRAMAÇÃO E REGIME DE FINANCIAMENTO

A **aceitação da decisão de aprovação** da candidatura pelo beneficiário confere-lhe o direito a receber o financiamento para a realização das respetivas operações, nos termos do disposto nos n.ºs 6 e 7 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

Nos termos referidos no n.º 5 do artigo 7.º da Portaria nº 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação, nos casos de operações em parceria, compete à entidade coordenadora assegurar a transferência dos montantes atribuídos pela autoridade de gestão, no âmbito da parceria e proceder às reposições por inteiro a que haja lugar, sem prejuízo da responsabilidade solidária a que todas as entidades parceiras estão obrigadas.

O beneficiário tem direito, para cada candidatura aprovada, a receber um adiantamento no valor correspondente a 15% do montante do financiamento aprovado para o ano letivo, o qual é processado quando se cumpram, cumulativamente, as seguintes condições:

- a) Aceitação da aceitação da decisão de aprovação, devidamente formalizada nos termos legais;
- b) Verificação da situação tributária e contributiva regularizada perante, respetivamente, a administração fiscal e a segurança social;
- c) Verificação da situação regularizada em matérias de restituição no âmbito dos financiamentos dos FEEI - Fundos Europeus Estruturais e de Investimento;
- d) Comunicação do início da operação.

Os **pedidos de reembolso** são efetuados com uma periodicidade mínima bimestral, devendo o beneficiário submeter eletronicamente, no sistema de informação, os dados físicos e financeiros requeridos.

Os **pedidos de reprogramação** à decisão de aprovação são igualmente formalizados na plataforma eletrónica do sistema de informação.

Se o beneficiário não for notificado da decisão no prazo máximo de 30 dias úteis, o pedido de reprogramação considera-se tacitamente deferido, excetuando-se as situações que determinem alterações ao plano financeiro aprovado, as quais exigem decisão expressa a ser proferida no prazo de 60 dias úteis, sem prejuízo do previsto nos n.ºs. 7 e 8 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

A não execução integral do financiamento aprovado para cada ano civil, pode dar lugar à revisão da decisão de aprovação, conforme previsto na alínea e) do número 7 do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

Tratando-se de candidaturas plurianuais, o beneficiário fica obrigado a submeter eletronicamente, até 15 de fevereiro de cada ano, a informação anual da execução física e financeira, reportada a 31 de dezembro do ano anterior, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 7 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

A decisão sobre os pedidos de reembolso é emitida no prazo de 30 dias úteis, a contar da data de receção do pedido, o qual se suspende quando a autoridade de gestão solicite, por uma única vez, cópias dos documentos originais, outros documentos ou esclarecimentos adicionais relativos ao pedido de reembolso em análise.

O beneficiário tem direito ao reembolso das despesas, desde que a soma do adiantamento e dos pagamentos intermédios de reembolso não exceda os 85% do montante total aprovado.

O pedido de pagamento de saldo final deve ser apresentado em formulário próprio, na plataforma eletrónica do sistema de informação, no prazo de 45 dias úteis, a contar da data da conclusão da candidatura, referente ao período que medeia entre o último pedido de reembolso apresentado e o pedido de pagamento de saldo.

Em sede de análise dos pedidos de pagamento de reembolso e saldo é avaliada a elegibilidade e conformidade das despesas apresentadas pelo beneficiário, podendo em saldo final ser revisto o custo total aprovado em candidatura, em função do grau de execução da operação, bem como dos resultados contratualizados.

A decisão do pedido de pagamento de saldo é emitida no prazo de 45 dias úteis, a contar da data de receção do pedido, o qual se suspende quando a autoridade de gestão solicite, por uma única vez, cópias dos documentos originais, outros documentos ou esclarecimentos adicionais relativos ao pedido de saldo.

Nas operações de reduzida dimensão, a entidade beneficiária tem direito a um único adiantamento, no valor de 15% do montante total do financiamento público. Assim, no desenvolvimento desta modalidade, não há lugar à apresentação dos pedidos de reembolso durante a execução da operação, dado que os pagamentos apenas podem ser efetuados em função da verificação do cumprimento integral dos resultados contratualizados, após a conclusão física da operação. O pedido de pagamento de saldo final deve ser apresentado em formulário próprio, na plataforma eletrónica do sistema de informação, no prazo de 45 dias úteis, a contar da data de conclusão da candidatura.

O pagamento da subvenção poderá ser ajustada, em sede de análise ou reanálise do saldo final, em função do nível de cumprimento dos resultados contratualizados em candidatura, nos termos descritivos no ponto seguinte do Convite.

A decisão do pedido de pagamento de saldo é emitida no prazo de 45 dias úteis, a contar da data de receção do pedido, o qual se suspende quando a autoridade de gestão solicite, por uma única vez, cópias dos documentos originais, outros documentos ou esclarecimentos adicionais relativos ao pedido de pagamento de saldo.

## **16. CONTRATUALIZAÇÃO DE RESULTADOS DAS OPERAÇÕES A FINANCIAR**

**16.1** Nos termos do n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, o grau de cumprimento dos resultados acordados no âmbito de uma candidatura releva como critério de determinação do montante de apoio financeiro a conceder, na operação em causa, bem como fator de ponderação no procedimento de seleção de candidaturas subsequentes dos mesmos beneficiários, independentemente dos fundos e das tipologias das operações.

Nos termos do artigo 26.º do Regulamento Específico do Capital Humano (RECH), publicado pela Portaria n.º 60-C/2015, de 2 de março, na sua atual redação, conjugado com o artigo 18.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação, devem ser contratualizados com os beneficiários, em sede de decisão de aprovação da candidatura, os resultados a atingir no âmbito da operação apoiada.

Assim, o beneficiário tem de apresentar na sua candidatura os resultados a contratualizar com a autoridade de gestão, que servem de ponderadores na aferição da relevância da operação.

**16.2** A realização e os resultados mínimos a contratualizar, com referência aos indicadores e às metas definidos para o PO constantes da folha de rosto do presente aviso, são os descritos no quadro seguinte.

Tipo de indicador	Indicadores	Unidade de Medida	Meta (no final do tempo a que reporta a candidatura)
<b>REALIZAÇÃO</b>	Medidas de cada operação implementadas.	%	$\geq 80\%$
	Agrupamentos de Escolas e Escolas não agrupadas envolvidas na Operação	Nº	(3)
<b>RESULTADO</b>	Redução da percentagem de Alunos nos 1.º, 2.º 3.º Ciclos e Secundário com níveis negativos (a pelo menos uma disciplina) dos anos curriculares abrangidos (1)	%	$\geq 10\%$ (2) (3) (a atingir em cada ciclo de ensino)
	Redução da taxa de retenção e desistência nos anos curriculares abrangidos (1)	%	$\geq 25\%$ (2) (3)

- (1) Os resultados dos alunos de partida serão disponibilizadas pelo Ministério da Educação. O cálculo será efetuado tendo em conta a média dos resultados obtidos por cada agrupamento/Município/CIM no conjunto dos anos letivos de 2014/2015 e 2015/2016.
- (2) Os resultados dos alunos a ter em conta serão disponibilizadas pelo Ministério da Educação. O cálculo será efetuado tendo em conta a média dos resultados obtidos por cada agrupamento/Município/CIM no conjunto dos anos letivos de 2016/2017 e 2017/2018.
- (3) Meta a definir pelo beneficiário em sede de candidatura, considerando, quando aplicável, as entidades do território de referência do projeto

#### Monitorização:

- As metas serão verificadas no final do período candidatado.
- O ME disponibilizará no final de cada ano letivo os resultados obtidos por cada CIM/Município/Agrupamento.
- As operações serão objeto de monitorização global (CIM/Autarquia/Escola) ao longo do seu desenvolvimento para que seja acautelado o cumprimento da meta no final.

**16.3** O grau de concretização dos indicadores contratualizados será tido em consideração quer para efeitos de apuramento do valor a pagar em sede de Saldo Final e de encerramento da operação, quer para a eventual constituição de uma reserva de eficiência e desempenho, quer ainda para o processo de avaliação de candidaturas subsequentes do mesmo beneficiário, designadamente:



- i) Nas situações em que se verifique a superação dos resultados contratualizados, é constituída uma reserva de eficiência e desempenho equivalente a um ponto percentual (p.p.) do valor total elegível da operação por cada ponto percentual de superação, até ao limite de 10%, para compensar eventuais desvios negativos em futuras operações ou para reforço de financiamento, dentro da dotação disponível e nos termos a definir por deliberação da CIC Portugal 2020;
- ii) Por cada ponto percentual de desvio negativo face aos indicadores de realização e de resultado contratualizados, procede-se a uma redução de meio ponto percentual sobre a despesa total elegível, até ao limite máximo de redução de 10% face a essa despesa;
- iii) A penalização prevista no ponto anterior não será aplicável quando as realizações e os resultados alcançados atinjam 75% do que for contratualizado;
- iv) Se o nível de execução for inferior a 50% da média dos indicadores contratualizados, a operação é revogada, salvo pedido de revisão pelo beneficiário, aceite pela autoridade de gestão, com adequada fundamentação.

## **17. ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA AVALIAÇÃO DO MÉRITO E PELA DECISÃO DE APROVAÇÃO**

A análise do mérito da operação e a decisão da aprovação é da responsabilidade da Autoridade de Gestão do PO.

## **18. REGRAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOBRE O FINANCIAMENTO DAS OPERAÇÕES**

Todas as ações de informação e comunicação, bem como qualquer produto desenvolvido ou documento relacionado com a operação apoiada devem reconhecer o apoio por fundos europeus, apresentando obrigatoriamente a menção “cofinanciado por” seguida dos logótipos do PO, do Portugal 2020 e da União Europeia, com referência ao Fundo Social Europeu (por extenso), de acordo com os respetivos manuais de normas gráficas disponíveis para consulta e *download* no Sítio do Centro 2020 ([www.centro2020.pt](http://www.centro2020.pt)).

As entidades com operações aprovadas deverão ainda promover, de acordo com as orientações oportunamente emanadas pela AG, sessões de esclarecimento e informação aos destinatários finais sobre os objetivos e apoios concedidos pelo FSE no quadro do Programa.

## **19. CONSULTA E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO**

No portal do Centro 2020 ([www.centro2020.pt](http://www.centro2020.pt)) e no Portugal 2020 ([www.portugal2020.pt](http://www.portugal2020.pt)) os candidatos têm acesso a:

- a) Outras peças e informações relevantes, nomeadamente legislação enquadradora e formulário de candidatura;
- b) Acesso ao suporte técnico e ajuda ao esclarecimento de dúvidas no período em que decorre o Convite;
- c) Pontos de contacto para obter informação adicional;
- d) Manual de normas gráficas.



## 20. PONTO DE CONTACTO

Sem prejuízo da obtenção de informação adicional através do portal Portugal 2020 ([www.portugal2020.pt](http://www.portugal2020.pt)), pedidos de informação ou esclarecimento podem ainda ser dirigidos a:

**Programa Operacional Regional do Centro**

Rua Bernardim Ribeiro 80

3000-069 Coimbra

Telefone: +351 239 400 100

Correio eletrónico: [centro2020@ccdr.pt](mailto:centro2020@ccdr.pt)

Coimbra, 15 de dezembro de 2016

A Presidente da Comissão Diretiva do Programa  
Operacional Regional do Centro

Ana Abrunhosa